

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: O ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA E CONTEXTUALIZADA DOS ATORES DA ESCOLA

POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT: THE SPACE OF EFFECTIVE AND CONTEXTUALIZED PARTICIPATION OF SCHOOL 'S ACTORS

Cláudio Roberto BROCANELLI¹

Márcia Parpineli Moro GARCIA²

Claudia Pereira de Pádua SABIA³

Carmen Lúcia DIAS⁴

RESUMO: Demonstraremos aqui a importância da elaboração do Projeto Político-Pedagógico – PPP de uma forma que os atores da escola participem constantemente. É fundamental esta participação a fim de promover tanto a sua produção como a permanente avaliação de atividades, ações e propostas educacionais. Seguindo a orientação de pesquisadores experientes neste assunto, assumimos a defesa de uma escola que privilegie o caráter de pertencimento de todos: gestores, professores, alunos e pais, toda a comunidade. Este estudo se desenvolve em dois momentos: um estudo teórico destacando as pesquisas e os pensamentos substantivos no meio acadêmico; uma análise documental de quatro escolas e de entrevistas realizadas com diretores ou vice-diretores e coordenadores de escolas. Com este estudo e análise, é possível perceber a importância de sua elaboração e promover a reflexão que oriente aos interessados uma nova visão ou revisão de estruturas já engessadas. A escola, assim, poderá sofrer mudanças renovadoras que reorientem sua rotina, tornando-a novidade e acontecimento, permitindo que os desafios cotidianos fomentem estratégias contextualizadas e historiadadas concretamente.

PALAVRAS-CHAVE: PPP. Gestão Escolar. Escola. Educação.

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de estudos, pesquisa e intervenção em conjunto entre professores e alunos da Universidade Estadual Paulista, Diretores e Vice-diretores de Escolas da Rede Estadual de São Paulo, da Região de Marília e colaboração de uma docente da Universidade do Oeste Paulista. O intuito principal, inicialmente, foi o de realizar estudos sobre a gestão escolar, especificamente verificando e interferindo no trabalho dos gestores e na elaboração do Projeto Político-Pedagógico das escolas das quais fazem parte. Para nós, tanto professores e alunos, quanto para os próprios

¹ Doutor em Educação - Docente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília.

² Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília.

³ Doutora em Educação - Docente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília.

⁴ Doutora em Educação - Docente do Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista – Presidente Prudente.

gestores, ao menos em primeira conversa, fica clara a importância de uma ação participativa que privilegie a presença de todos no processo de desenvolvimento da escola. O foco principal para que esta ação seja alcançada está no trabalho inicial, este já contemplando a efetiva participação de todos, ou seja, no planejamento e na elaboração do PPP; este deve esboçar e divulgar as metas e objetivos claros que o conjunto de atores escolares quer alcançar neste ambiente menor que é a escola e a própria sala de aula, dinamizando as atividades de modo que, tanto as que contemplam momentos festivos e comemorações quanto aquelas focadas no aprendizado mais restrito ao ambiente da sala de aula, propiciem participações.

Neste sentido, vale ressaltar nosso interesse em indicar aos leitores/educadores a reflexão sobre sua efetiva participação na escola, promovendo o revezamento constante entre teoria e prática nesse ambiente e fortalecendo, assim, sua visão de conjunto e o cumprimento de sua disposição ao trabalho pedagógico, sendo possível somente com o compromisso de todos com a escola e, especialmente, com os seres humanos. Se durante sua formação o professor é orientado a um trabalho educacional que emancipe os cidadãos (trabalho cada vez mais difícil de realizar-se por interferência de estratégias de governo que privilegiam o técnico raso, submisso e controlável), isto deve permanecer como compromisso seu estendido a toda a escola por meio de um projeto diretor ou direcionador, fomentando as mesmas iniciativas emancipatórias na ação docente, estas criando verdadeiros impactos na educação escolar.

ESTUDOS E APORTES PARA A REFLEXÃO SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Nossa reflexão privilegia a discussão sobre a participação efetiva dos atores da escola a fim de tornar a educação e seus espaços um ambiente e momento profícuos a todos. Além disso, é preciso criar condições que proporcionem a elaboração do PPP para que não se reproduza mais uma norma obrigatória no ambiente escolar, como tantas outras vindas de cima, daqueles que há tempos não se relacionam com o ambiente escolar, mas que permanecem criando as leis e as estratégias de escolarização, estas distantes da realidade vital.

Segundo Garcia (2006) a construção do PPP pelas escolas tornou-se obrigatória após a LDBEN 9394/96, mas seu surgimento deve-se à reflexão coletiva dos profissionais da educação que procuravam mudar o papel desempenhado pela escola na nossa história, papel este que excluía e discriminava as classes menos favorecidas economicamente. “Pode-se afirmar que o projeto político-pedagógico nasce do inconformismo dos profissionais da escola face a uma situação histórica de concentração de renda e de negação de direitos a grande parte da população.” (GARCIA, 2006, p. 73).

Assim, a obrigatoriedade do PPP causou uma inversão nos seus propósitos, passando de reflexão e luta por mudanças a mais uma norma burocrática a ser cumprida pela escola, imposição que extraiu sua singularidade à medida que estabeleceu regras

homogêneas. “[...] o que foi conquista de um coletivo passa a ser vivido como ‘mais um dever de casa’ imposto à escola.” (GARCIA, 2006, p. 74).

É notório o interesse das classes dominantes na manutenção do poder e controle sobre a instituição escolar; contudo, cabe aos seus atores, por meio do processo de reflexão coletiva, conduzir a construção do PPP de forma que atenda às necessidades e aos propósitos da escola que está construída e constituída dentro e sobre um ambiente real.

Conforme Gandin (2006), a lógica de se organizar um PPP está na perspectiva de mudanças, pois, para manter a escola como está não necessitamos de um projeto, e sim seguir o que já está posto. Neste sentido é necessário que a escola saiba o ponto de partida e o que quer alcançar para conseguir traçar um caminho que possibilite executar ações para atingir seus objetivos.

Portanto, é imprescindível que se busque primeiramente quais são as necessidades da escola, os problemas, as possíveis soluções e que, a partir daí, sejam delineadas ações para a solução desses problemas, por intermédio da reflexão e do diálogo permanente.

Sabia et al. (2012, p. 571) esclarece:

[...] para a construção do PPP é necessário uma profunda reflexão sobre os fins da escola, da mesma forma que é preciso ter clareza sobre seu papel social, bem como demarcar caminhos a ser empregados e ações onde todos os envolvidos com o processo educativo possam delinear. É de suma importância que seja criado tendo por base as diferenças que existem entre seus autores, ou seja, os professores, a administração da escola, pais, alunos e representantes da comunidade onde a escola está inserida. Para tanto, é necessária a atuação do professor pesquisador, que observa os acontecimentos, levanta questões e faz registros, possibilitando classificar os problemas essenciais e alternativas de solução.

Para ser construído é preciso uma ação com intenção; o PPP deve traçar um rumo para a escola completamente declarado e claro. Sua intenção política está no compromisso com os interesses da maioria e também na sua responsabilidade com a formação do cidadão para uma sociedade que se almeja; sua intenção pedagógica encontra-se na capacidade de determinar as ações e as características que a escola necessita para realizar o que foi decidido e intencionado. Contudo, o sentido dessas duas dimensões, político e pedagógico, não se separam (VEIGA, 1995).

Vasconcellos (2004) salienta que o desejo de se construir o PPP pode surgir de qualquer um dos segmentos dos atores envolvidos, porém, na maior parte dos casos, de início, cabe à equipe gestora a decisão de elaborar o Projeto. Entretanto, é necessário transitar pela coletividade, ou seja, é preciso que a equipe gestora faça um trabalho para sensibilizar e preparar todos os segmentos a fim de contribuições à elaboração.

Antes de se iniciar a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, é preciso uma etapa de sensibilização, de motivação, de mobilização para com a proposta de trabalho, a fim de que essa tarefa seja assumida, tenha significado para a comunidade. Se os sujeitos não perceberem o sentido, se não acreditarem, de nada adiantará os passos seguintes. (VASCOCELLOS, 2004, p. 175).

Entendemos que essa preparação propicia uma compreensão melhor sobre a proposta, bem como favorece a reflexão sobre as questões da escola, o surgimento de ideias, a elaboração de propostas e o engajamento para que as decisões tomadas pela coletividade sejam efetivadas. Somente se conquista o que foi decidido em conjunto se o envolvimento e a sensibilização também ocorreram em conjunto, afetando toda a comunidade.

Veiga (1998) expõe que não é necessário impor ou persuadir os segmentos, mas proporcionar situações em que a reflexão esteja sempre presente, tanto para a formação de ideias quanto para o fazer pedagógico, conduzindo seus membros a adquirir e aprimorar o conhecimento, não podendo, porém, abdicar de um referencial que fundamente a estrutura do projeto, deixando clara a sua teoria e sua metodologia, devendo ser uma vivência constante. “As modificações que se fizerem necessárias resultam de um processo de discussão, avaliação e ajustes permanentes do projeto pedagógico.” (VEIGA, 1998, p. 13).

O *que fazer* escolar se efetiva a partir de decisões tomadas em conjunto e daquelas observadas no decorrer de todo o processo anual, ou seja, em cada ação, atividades, festa, ensino, aula, relações, etc. Todo o vivido torna-se recurso para novas iniciativas.

Esse processo de reflexão da escola buscando compreender sua finalidade, o cidadão que quer formar, os problemas, propostas de soluções para esses problemas, seus objetivos, contribui para a construção da sua identidade e autonomia.

No que diz respeito à questão da identidade, Ferri; Macedo; Santos (2012, p. 296 apud VASCONCELLOS, 2002, p.17) afirma:

A identidade se constrói na alteridade e não na confusão de ideias, posicionamentos e personalidades. Cada instituição deverá traçar o seu caminho; porém, este caminho poderá ser tanto mais interessante quanto maior a oportunidade de diálogo com os outros sujeitos também posicionados.

Portanto, é fundamental a organização e o respeito para que todos tenham voz e vez, podendo expressar suas ideias e seus anseios; é importante também que as preocupações estejam sempre focadas na escola e seu contexto, não deixando que questões particulares interfiram nas decisões.

Quanto à autonomia, sabemos que não é absoluta, pois a escola como instituição pública está atrelada ao Estado; porém, o PPP garante certa autonomia,

na medida em que a escola não fica totalmente dependente dos órgãos públicos e de seus programas ou projetos mais duros. Estes, aliás, exigem prestação de contas ou relatórios que implicam em mais trabalho centralizador e o engendramento de ações que atendam especificamente seu objetivo, restringindo o processo educacional.

Neste sentido, Veiga (1998) divide a autonomia escolar em quatro dimensões; no entanto, elas mantêm uma relação de união entre si. São elas: autonomia administrativa, que se refere à organização da gestão escolar; autonomia jurídica, que trata da possibilidade de a própria escola poder compor suas normas e regras; autonomia financeira, – neste aspecto a escola está diretamente ligada ao Estado, pois dele provêm os recursos financeiros para mantê-la –, ela tem a capacidade de organizar e decidir onde e como aplicar seu orçamento, o que deve ser permitido pelo Poder Público; autonomia pedagógica, que se refere à liberdade de definir seu plano de ensino e também sua pesquisa, no entanto, ficando subordinada ao currículo mínimo imposto pelo Estado.

A autonomia *pedagógica* consiste na liberdade de ensino e pesquisa. Está estreitamente ligada à identidade, à função social, à clientela, à organização curricular, à avaliação, bem como os resultados e, portanto, à essência do projeto pedagógico da escola. (VEIGA, 1998, p. 18, grifo da autora).

Ainda com relação à autonomia pedagógica e considerando a lógica de se organizar um PPP com a devida perspectiva de mudanças, conforme posto por Gandin (2006), no que tange à dimensão didática do projeto educativo, Marchelli e Dias (2012) discutem e apontam caminhos de como a Didática pode dar condições de superação de si mesmo ao professor diante de seus alunos, desenvolvendo competências específicas para uma prática não alienada politicamente no processo de ensino e de aprendizagem.

[...] é por meio do projeto educativo que a equipe de trabalho escolar manifesta sua identidade política, de forma a definir metas para que a escola cumpra com o propósito de libertar-se e emancipar-se das condições alienadas do processo educacional. Mas pode ser também que o projeto educativo nada mais faça do que assegurar a reprodução das estruturas ideológicas dominantes. (MARCHELLI; DIAS, 2012, p. 199).

Portanto, a dimensão didática do PPP contém, além das técnicas de ensino, os posicionamentos de ordem política relacionados à prática docente, os quais influenciam necessariamente o trabalho de formação do aluno. Sabemos que educar é, acima de tudo, uma prática política que consiste em considerar os educandos muito além de sujeitos obrigados a aprender os conteúdos transmitidos pela escola. Ainda, o professor que compreende o significado político engendrado pela reprodução das estruturas sociais dentro da escola, “[...] é o que mais demonstra assumir compromissos com seus alunos em relação aos princípios de liberdade que os oprimidos sociais

necessitam assimilar, para superarem os antagonismos da desumanização impostos pela sua condição.” (MARCHELLI; DIAS, 2012, p. 207).

Outro ponto a ser destacado, além da dimensão política do projeto didático, é a sua dimensão psicológica, ou seja, quando a dimensão didática reconhece que o conhecimento psicológico sobre o aluno é indispensável ao processo de ensino-aprendizagem, os professores encontram meios de fazer com que o polo prático da atividade didática seja alicerçado pelo polo teórico representado pela ciência da Psicologia e pelas demais ciências da educação.

Para Perrenoud (2002), a Didática pode oferecer ao professor a condição de desenvolver em si mesmo e nos alunos competências específicas que dizem respeito à efetivação do processo de ensino-aprendizagem. Num sentido mais geral e considerando aqueles que trabalham diretamente com a educação, a formação de professores é uma prática que se dá “[...] visando a mudanças qualitativas no desenvolvimento e na aprendizagem de sujeitos que desejam se preparar profissionalmente para ensinar.” (LIBÂNEO, 2008, p. 60-61). Para esse autor, frente à formação dos saberes pedagógicos, a Didática

[...] é assumida como a disciplina que estuda as relações entre ensino-aprendizagem, integrando necessariamente outros campos científicos, especialmente a teoria do conhecimento (que investiga métodos gerais do processo de conhecimento), a psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem (que investiga os processos internos da cognição), os conteúdos e métodos particulares das ciências e artes ensinadas, os conhecimentos específicos que permitem compreender os contextos socioculturais e institucionais da aprendizagem e do ensino. (LIBÂNEO, 2008, p. 60).

Assim, destacamos o papel do educador no contexto escolar e a importância de sua ação diante de várias situações que exigem sua disposição constante à educação como formação humana, considerando a integralidade de cada ‘ser’ que ali está e que é cercado de uma historicidade e realidade no seu próprio presente. O professor como educador/formador fomenta a criação de um ambiente favorecedor de vida experienciável de acordo com cada uma destas vidas e suas particularidades e potencialidades.

Outro exemplo que contribui para restringir a autonomia pedagógica é o sistema de avaliação em larga escala como o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) e o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Compreendemos a importância e a proposta desse sistema, contudo, a forma como é usado não corresponde à sua proposta; no Estado de São Paulo os índices do SARESP são utilizados para bonificar os funcionários das escolas que conseguiram atingir as metas estabelecidas, ao passo que deveria ser uma avaliação diagnóstica indicando investimentos para ajudar as escolas que estão tendo dificuldades no desenvolvimento de aprendizagem de seus alunos.

De acordo com Gandin (2006), o PPP precisa conduzir a escola à ação, e para que isso ocorra é necessário ter qualidade, tanto técnica quanto política. A qualidade técnica, para o autor, está em delinear os caminhos para realizar os planos definidos pela escola, ao passo que a qualidade política expressa a questão do diálogo para estabelecer comunitariamente os objetivos e qual a sua finalidade.

“Qualidade técnica é fundamental, pois sem sabermos ‘como’ realizar nossos planos não podemos concretizar nossos ideais. Mas, é fundamental, também, enfatizar a importância da qualidade política, ou seja, clareza sobre os ‘para onde’ e ‘para quê’.” (GANDIN, 2006, p. 68).

Ressaltamos a importância da formação continuada dos professores e da equipe gestora, e também a parceria entre a escola e a universidade proporcionando uma troca de conhecimentos práticos e teóricos, permitindo a socialização do conhecimento produzido e da prática realizada; tais iniciativas podem proporcionar o revezamento constante, entre todos os atores, no que tange à teoria e à prática em sentido de completude.

Para que o PPP seja elaborado atendendo os requisitos que expomos até o momento, é indispensável que a escola esteja sob a luz da gestão democrática. Entendemos que a forma como a equipe gestora conduz seu trabalho influencia diretamente o PPP da escola, podendo facilitar ou dificultar a sua construção. O ambiente que privilegia maior participação gera ações facilitadoras da aprendizagem e de maior facilidade de engajamento. Por outro lado, o ambiente que centraliza as tomadas de decisão, gera reações hesitantes e insegurança no grupo.

Na concepção de gestão democrática compreendemos a participação de todos os segmentos, que fazem parte do contexto escolar, na realidade concreta da escola, buscando elucidar os problemas e organizar as possíveis soluções, elaborando propostas e decidindo em conjunto, além de definir a escola que se quer e os seus objetivos, desse modo, indo ao encontro dos verdadeiros princípios do PPP. Para Veiga (1995, p. 18):

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

A escola deve estar comprometida com a capacitação de seus membros, promovendo esclarecimentos e sanando as dúvidas sobre todo o processo de participação e aquisição do conhecimento que precisa ser habitual e constante, proporcionando aos seus membros participarem ativamente do Conselho Escolar. É fundamental o constante ‘repensamento’ e questionamento de si e do espaço educacional escolar.

Segundo Antunes (2008) o Conselho Escolar é um órgão colegiado; no Estado de São Paulo, com a implantação do Estatuto do Magistério, por meio da Lei complementar nº. 444 de 27 de dezembro de 1975, artigo 95, este órgão passou a ter poder deliberativo. Isto possibilita a efetiva representação de todos os que trabalham ou usufruem deste espaço educacional.

[...] o Conselho de escola passou a ter poder de decisão sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos da escola e a contar com uma composição paritária, ou seja, seria composto por um número igual de pais e alunos, por um lado, e de professores e demais funcionários, por outro. (ANTUNES, 2008, p. 21).

Assim, fica a cargo do Conselho Escolar a elaboração do PPP da escola, atendendo aos requisitos da participação efetiva dos representantes dos segmentos que compõem a escola. Todavia, é necessária a organização dos membros no seu segmento para realizar eleições e eleger seus representantes, apoiados tanto pela escola quanto pela Secretaria de Educação.

Para que tais proposições sejam analisadas pelo leitor e confirmem a importância de elaboração do PPP pelo conjunto da escola, faremos, a seguir, o estudo de alguns dos projetos das escolas que participam deste trabalho iniciado com diretores e vice-diretores da Região de Marília/SP. A fim de contemplar pontos considerados por nós importantes para a sua elaboração e que expressem a realidade de cada escola, focamos especialmente na sua elaboração e participação dos atores, destacando aqui alguns pontos positivos e negativos. Na sequência, privilegamos a análise documental, destacando os seguintes pontos: identidade da escola; o aluno que esta escola pretende formar; se prevê a avaliação periódica do seu projeto; se este caracteriza o tipo de gestão presente e; se prevê ações voltadas às deficiências da escola, ou seja, se diante de todas as propostas e seus limites, quais ações poderiam melhorar ainda mais o ambiente de cada uma destas escolas.

ANÁLISE DE DOCUMENTOS E DE ENTREVISTAS – PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Analisamos o Projeto Político Pedagógico⁵ das quatro escolas participantes do Projeto de Extensão, já mencionado, focalizando os seguintes pontos: a identidade da escola; qual aluno quer formar; previsão de reavaliação do Projeto; gestão contida no Projeto; previsão de ações voltadas à deficiência da escola perspectivando sua melhoria. O PPP da Escola 2 tem validade de um ano, sendo construído anualmente; nas demais é elaborado a cada quatro anos.

Em todos os documentos analisados é aparente a identidade da escola, a sua infraestrutura física e os membros que a compõem, bem como a caracterização do contexto onde ela está inserida. “O prédio [...] é muito bem conservado e possui

⁵ Designamos para o Projeto Político-Pedagógico da Escola 1 (PPP1), para o da Escola 2 (PPP2) e assim por diante.

instalações suficientes para que o desenvolvimento da vida escolar aconteça com o conforto necessário.” (PPP2, 2012, p. 3).

Uma questão importante a apontar é que, morar no campo ou em pequenas comunidades seguramente apresenta grandes vantagens quanto a qualidade de vida [...] Entretanto, limita o acesso de seus moradores a muitas atividades culturais. [...] Consciente disso, a escola procura ampliar o universo cultural dos alunos, sempre que possível. (PPP2, 2012, p. 8).

Os alunos da escola são, na grande maioria, jovens filhos de famílias de classe média e classe média baixa e, uma minoria, oriundos de famílias na linha da pobreza. Como quaisquer jovens da modernidade, são usuários de aparelhos celulares, dominam o uso de aparelhos celulares e apreciam músicas dos mais variados estilos. (PPP3, 2011, p. 12).

Por ser uma comunidade considerada isolada pela dificuldade de transporte coletivo entre as áreas urbanas, a população acompanha de perto tudo que acontece no Distrito e principalmente em torno da escola, respeitando e valorizando as ações nela desenvolvidas [...] a desestruturação familiar, fator notado praticamente em todo país independente de classe social, aliada ao isolamento do distrito e somando-se ao subemprego a que está inserida parte da população, consideramos como fatores responsáveis pelos conflitos vividos dentro da escola, dificultando a aprendizagem de conteúdos e a socialização dos alunos. (PPP1, 2011, p. 14).

As Escolas 1, 3 e 4 demonstram grande preocupação em formar um aluno que possa atuar na sociedade em constante transformação, bem como para o exercício da cidadania. “Preparar o educando para que o mesmo tenha condições de continuar seus estudos nas séries subsequentes e estar consciente dos seus direitos e deveres de cidadão para com a sociedade.” (PPP4, 2011, p. 13); este é um dos objetivos gerais da Escola 4.

Desenvolver nos alunos as habilidades e competências exigidas pela sociedade globalizada, de forma que em busca de sua cidadania possa compreender as transformações pelas quais o mundo vem passando. (PPP1, 2011, p. 25).

É preciso ter em vista a formação de estudantes capazes de adquirir e desenvolver novas competências, em função de novos saberes que se produzem e que demandam um novo tipo de profissional, preparado para lidar com novas tecnologias e linguagens, capazes de responder a novos ritmos e processos, ou seja, é necessário instrumentalizar o aluno para um processo de educação contínua permanente. (PPP3, 2012, p. 35).

Considerando a análise deste quesito, a Escola 2 não expõe de forma clara o aluno que deseja formar, priorizando a educação de valores e a qualidade. “A construção de uma escola que alie aprendizagem de alto nível à formação ética é o que move os educadores dessa instituição.” (PPP2, 2012, p. 11).

Vale ressaltar que todos os documentos examinados preveem ações voltadas para solucionar problemas da escola e superar suas deficiências, que vão desde a melhora do processo ensino-aprendizagem até a busca da participação coletiva na escola.

Nenhum dos PPP prevê objetivamente a reavaliação; contudo, é mencionada em vários pontos a avaliação permanente do processo, inclusive nas reuniões de planejamento, de replanejamento, nos ATPCs, etc. Ressaltamos que na Escola 2 o PPP, como já dito, é construído anualmente e, portando, não prevê reavaliação do projeto.

As Escolas 1 e 4 explicitam a base da Gestão Democrática, procurando o engajamento dos seus autores.

Para que isso aconteça, a Equipe de Gestores desta escola procura partilhar as decisões com a comunidade escolar, incentivando a participação dos colegiados como o Conselho de escola, APM e Grêmio estudantil. (PPP1, 2011, p. 11).

Entretanto, observamos que a Escola 4 salienta que o Diretor deve “articular e liderar”; entendemos que ações de ordem gerencial, são contraditórios à gestão democrática, assim como tais conceitos indicam. “- articular e liderar os diferentes setores responsáveis pela prestação de serviços educacionais em torno de um projeto comum;” (PPP4, 2011, p. 11).

As Escolas 2 e 3 não mencionam diretamente a gestão Democrática; contudo, uma análise geral do PPP dessas escolas, mostra que estão norteadas pelo caráter democrático e por maior participação da comunidade. “Este Plano de Gestão foi elaborado durante o ano de 2011 por um grupo representativo dos vários seguimentos escolares: equipe gestora, equipe docente, equipe administrativa, corpo discente e pais de alunos.” (PPP3, 2012, p. 2).

Porém, quando se refere à função do Diretor, há uma contradição, pois palavras como “poder de decisão” e “autoridade” fazem desabar todo o conjunto de princípios que regem a gestão democrática, trazendo uma perspectiva tradicionalista, centralizando as tomadas de decisão.

É o Diretor que deve encontrar mecanismos que garantam o cumprimento das propostas educacionais da Unidade Escolar.

Por fim, salientamos que qualidades como ética, a comunicabilidade, o bom senso, compromisso, otimismo, comprometimento, poder de decisão, autoridade e praticidade são necessárias frente aos desafios que a função exige. (PPP3, 2011, p. 71).

No plano de ação da Escola 2 está prevista a busca pela integração entre a escola e a comunidade, tendo como princípio uma gestão mais participativa, bem como maior participação das famílias na vida escolar dos seus filhos; esta ressalta também que: “Todos os órgãos da APM são compostos por representantes dos pais dos alunos e outros membros da comunidade escolar.” (PPP2, 2012, p. 9).

Compreendemos a dificuldade das escolas na construção do seu PPP, pois não é fácil se libertar de uma estrutura onde tudo é imposto de cima para baixo. Apesar disso, acreditamos que esta construção é o início de um caminho em busca da solução

para os problemas da escola pública e o despontar de uma escola de qualidade que priorize a formação integral do educando, preparando-o para atuar na sociedade de forma reflexiva e consciente de seus direitos e deveres de cidadão.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas nas quatro escolas⁶ que implantaram o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e fazem parte do Projeto de Extensão. Participaram das entrevistas três diretores⁷ (Escolas 2, 3 e 4) – na Escola 1 o diretor está afastado, sendo substituído pelo vice-diretor; quatro vice-diretores (Escolas 1, 2, 4); três coordenadores pedagógicos (Escolas 1, 2 e 3) – vale lembrar que a Escola 3 possui dois vice-diretores e dois coordenadores pedagógicos, enquanto que na Escola 4 esses cargos não estão preenchidos; sete professores, sendo dois em cada uma das escolas 1, 2 e 4 e um na escola 3.

Dentre as perguntas propostas durante a entrevista, duas correspondem diretamente ao PPP da escola. São elas: 1- Como é feita a elaboração do PPP? Houve participação ativa da equipe administrativa (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico), docentes, alunos, pais e funcionários? 2- Se houve participação quais foram os pontos positivos e negativos?

Todos os entrevistados afirmaram que, nas suas escolas, o PPP é discutido nas reuniões de planejamento (no início do ano letivo) e na de replanejamento (no começo do segundo semestre). Normalmente é elaborado tendo por base o anterior e fazendo as modificações e/ou adequações necessárias.

A maioria dos diretores, de início, afirmam que há a participação de todos; porém, quando questionamos a participação dos pais e alunos verificamos que em grande parte das escolas isso não acontece.

[...] o projeto... o esboço dele é feito pela... pela direção [...] a gente vai pegando um pedaço daqui... um pedaço dali e a gente vai juntando e, depois a gente apresenta... apresenta para um grupo de professores [...] a gente divulga para eles também... é que o que é correto é isso, a participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto da Escola. É que é difícil fazer isso? Eu diria pra você que é difícil, mas a gente procura da melhor maneira possível. (D1, 2012)

Foi feito por representantes dos segmentos, os professores... tem professora que é mãe de aluno também, então ela tá representando a mãe, não teve participação de aluno aqui... isso não teve não... [...]. (D2, 2012).

Apenas na Escola 4 o diretor afirma que há a participação de todos os atores do contexto escolar: “Toda a equipe escolar: pais, alunos e a comunidade.” (D3, 2012).

⁶ As escolas serão denominadas: Escola 1, Escola 2, sucessivamente, e os entrevistados serão assim nomeados: Diretor da escola 2 (D1), Diretor da escola 3 (D2), Diretor da escola 4 (D3); Vice-Diretor da escola 1 (VD1), Vice-Diretor da escola 2 (VD2); Vice-Diretor da escola 3 (VD3 e VD4); Coordenador Pedagógico da escola 1 (CP1), Coordenador Pedagógico da escola 2 (CP2); Coordenador Pedagógico da escola 3 (CP3); Professor da escola 1 (P1 e P2), Professor da escola 2 (P3 e P4), Professor da escola 3 (P5) e Professor da escola 4 (P6 e P7).

⁷ Utilizaremos o gênero masculino quando nos referirmos aos diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e professores, no entanto deixamos subentendido também o gênero feminino.

Os vice-diretores também afirmam que todos participam; porém, quando indagamos sobre a participação de pais, de alunos e de funcionários, constatamos que isso não ocorre de fato e quando há alguma participação são os alunos representantes de classe que o fazem. Verificamos também um equívoco quanto ao conceito de participação, este entendido como ser meramente informado, o que não corresponde aos nossos estudos.

Professores, pais, gestão... só não entrou assim, funcionários e o pessoal da secretaria [...] mais assim, os pais, professores e pessoal de gestão, coordenação, direção [...] alunos sim, presidente de classe. (VD2, 2012).

Esse ano foi feito, ela chamou a gente e conversou com a gente, nós vimos o antigo, mas foi bem mudado, foi passado para os professores, foi passado também no Conselho que tinha pais de alunos, nós até passamos pra alunos sobre o projeto pra eles ficarem por dentro do que era o PPP. (VD4, 2012).

Entretanto, o vice-diretor da Escola 1, que está substituindo o diretor, alega que pelo fato de estar a poucos meses no cargo não sabe como ocorreu a elaboração do PPP; quando indagamos se não participou como professor, já que a vários anos fazia parte da equipe docente, justifica-se, explicando que quando um professor leciona em várias escolas, como era o seu caso na época, não tem tempo de se envolver com os projetos da escola. Nas suas palavras:

Vou falar a verdade, o professor que tem aula aqui e ali... você não tem muito compromisso com aquela escola, a partir do momento que você tem um x de aulas seu compromisso com a escola é maior gente... é maior. Se envolve menos porque dá seu horário você tem que sair dali [...]. (VD1, 2012).

Dentre os coordenadores pedagógicos, um afirma que todos participaram; o outro não sabe dizer, pois não estava na escola na época da elaboração do PPP; já o coordenador da Escola 3 explica que os alunos não participam.

Então a direção, a coordenação... como a coordenação está representando o que os professores querem, na verdade o que falta é a presença do aluno nesta elaboração, mas são a equipe gestora e os professores da escola, os funcionários que são ouvidos também. (CP3, 2012).

Alguns professores afirmam que há participação de todos, porém a maioria esclarece que os pais e alunos não participam; somente em alguns casos, quando os pais são chamados, ou no caso dos alunos representantes de classe.

[...] todo mundo... a direção, professores, funcionários, todo mundo dando ideias, falando tudo o que necessita na escola... todos participam. Também teve pais... geralmente, inclusive até nas nossas reuniões de Conselho, é chamado os pais pra participar, nem sempre vêm todos [...] quando não vêm os pais, aí têm os representantes de sala, é mais são todos sim. (P3, 2012).

Mais dos professores, da direção, dos funcionários [...] das demais partes que poderiam estar envolvidas como alunos e pais não aconteceu [...] é obvio que existem pais aqui que são professores, a gente tem essa... às vezes, eles trazem alguma informação de outros pais [...] (P4, 2012).

Alguns entrevistados relatam que os pais e os alunos não têm interesse em participar das questões relacionadas à escola.

Segundo Paro (2000), a participação democrática não ocorre de forma espontânea, mas deve ser um processo construído coletivamente; por isso, a escola, como instituição pública, deve incentivar os seus atores e proporcionar condições para que participem ativamente.

[...] tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quando considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo e de exclusão da divergência nas discussões e decisões. (PARO, 2000, p. 46).

Neste sentido, a escola tem o papel fundamental de esclarecer os segmentos da importância do PPP, inclusive permitir que se façam assembleias na própria escola para eleger seus representantes, discutir problemas e elaborar suas propostas.

Na opinião do professor da Escola 3 há participação, mas o modelo educacional colocado pelo Sistema é muito técnica, visando resultados e não contempla a parte pedagógica. “[...] eles pecam muito na parte pedagógica o que eles cobram não tá encima da parte pedagógica, tá encima de resultados, e isso não é um problema da nossa escola, é geral.” (P5, 2012).

Concordamos com a professora e acreditamos, como afirmamos anteriormente, que as avaliações deveriam ser diagnósticas, isto é, encontrar onde os alunos apresentam dificuldades para, junto com a equipe escolar, promover ações que efetivamente solucionem o problema.

As respostas da segunda questão nos revelaram que a maioria dos entrevistados só veem pontos positivos na participação de todos na construção do PPP; destacaram que, dessa forma, acontece uma troca de experiências, opiniões, informações, socializando os conhecimentos, discutindo propostas, e também maior esforço para que tais propostas sejam cumpridas a partir de um compromisso de todos.

Como ponto negativo, foi indicado falta de conhecimento dos pais e o não compromisso com o que é proposto. “O negativo é a pessoa não seguir o que é proposto.” (VD4, 2012). “[...] os pais eu acho que... não é tão positivo não [...] que vem e não tem nem conhecimento da série que o filho está... então, já não está tão por dentro.” (VD2, 2012).

A partir desta leitura e breve análise, é possível afirmar que não há organização efetiva dos segmentos nas escolas mencionadas; assim, não acontece uma participação de todos na busca por seus verdadeiros problemas, possíveis soluções, propostas e ações para solucionar esses problemas, bem como para definir a função social da escola, suas necessidades e seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o sujeito, quando percebe que pode refletir coletivamente procurando melhorar a sua escola, sua capacidade de percepção o leva a refletir sobre seu bairro, sua cidade, seu país, o mundo onde vive, dando conta de sua existência e de sua relação com o mundo, podendo contribuir com a transformação da sociedade. A visão mais abrangente que os cidadãos poderiam ter inicia-se no ambiente comunitário da escola, este sendo um espaço onde a vida democrática acontece quase que naturalmente. Assim, vale ressaltar, conforme se organiza este ambiente e suas relações, será também o reflexo em momentos futuros. O ambiente onde a criança e o adolescente vivem será fundamental para a consolidação de um *éthos* e de seu reflexo na sociedade.

Esta reflexão nos permite pensar a escola, a escolarização e a educação na atualidade com as devidas preocupações com a formação das pessoas como sujeitos históricos do lugar onde vivem. A escola tem um papel fundamental na organização da vida individual e social de cada localidade onde tais indivíduos vivem; primar por um ambiente onde estes indivíduos se tornem atores conduz cada comunidade à preocupação com esta organização que se dá no próprio espaço e em outros contextos e futuras experiências. Assim, o ambiente escolar deve privilegiar a participação de todos ou do máximo de pessoas que ali vivem a fim de formar um *éthos* não somente particular, mas como forma de vida que rege democraticamente o ambiente como um todo, promovendo a vida como constante luta e organização dentro de uma realidade concreta.

BROCANELLI, Cláudio Roberto; GARCIA, Márcia Parpineli Moro; SABIA, Claudia Pereira de Pádua; DIAS, Carmen Lúcia. Political-Pedagogical Project: The Space Of Effective And Contextualized Participation Of School'S Actors. *Educação em Revista*, Marília, v. 14, n. 2, p. 37-52, Jul.-Dez. 2013.

ABSTRACT: Will be demonstrated here, the importance of preparing the Political-Pedagogical Project - PPP in a way that the school's actors participate constantly. This participation is essential to promote both their production and the ongoing evaluation of activities, actions and educational purposes. Following the guidance of experienced researchers in this matter, we assume the defense of a school that favors the character of belonging for everyone: administrators, teachers, students and parents, the whole community. This study is conducted in

two stages: a theoretical study, highlighting the main researches and thoughts at academic level, a documentary analysis of four schools and interviews with directors or vice directors and coordinators of schools. With this study and analysis, it is possible to realize the importance of their development and promote reflection to guide those interested to a new vision or revision of structures already plastered. The school thus may undergo changes renovating their routine, making it fresh news and events, allowing the daily challenges foster contextualized strategies on concrete basis.

KEYWORDS: PPP. School Management. School. Education.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, A. *Aceita um conselho?: como organizar o colegiado escolar*. 3 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.
- FERRI, L. M. C. G.; MACEDO, M. E. C. M.; SANTOS, C. M. Projeto educativo, planejamento participativo e gestão escolar. In: SANTOS FILHO, J. C. (Org.) *Projeto educativo escolar*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 281-315.
- GANDIN, L. A. Projeto Político-Pedagógico: construção coletiva do rumo da escola. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Org.) *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 67-71.
- GARCIA, R. L. Projeto Político-Pedagógico: do resultado de um movimento da escola a uma imposição das Secretarias de Educação. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Org.) *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 73 -77.
- MARCHELLI, P. S.; DIAS, C. L. Projeto didático: dimensão didática do projeto educativo. In: SANTOS FILHO, J. C. dos. *Projeto educativo escolar*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2012. p. 197-227.
- PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- SABIA, C. P. P. et al. A implantação do Plano de Desenvolvimento da Escola nas escolas públicas: análise crítico-propositiva. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 9, p. 568-575, 2012.
- VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2004.
- VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A (Org.) *Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1995. p. 11-35.
- VEIGA, I. P. A. Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Org.). *Escola: espaço do projeto político pedagógico*. Campinas: Papirus, 1998. p. 9-32.

